

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EXCLUSÃO SOCIAL: O DILEMA DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS¹

Jean-Philippe Tonneau²
Joacir Rufino de Aquino³
Olívio Alberto Teixeira⁴

RESUMO

O processo tradicional de modernização da agricultura brasileira, ao mesmo tempo que permitiu um forte crescimento da produção, implicou a exclusão social e altos custos ambientais. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1993, deu destaque à agricultura familiar, cujas vias de desenvolvimento e fortalecimento são variadas. Com base na análise do impacto dos créditos distribuídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os autores concluem que é na própria lógica e na operacionalização do Programa que estão implícitos os critérios de exclusão dos agricultores familiares mais pobres. O resultado prático desse processo social é a configuração de uma “nova modernização desigual” no meio rural brasileiro, contribuindo para aprofundar ainda mais a exclusão social e as desigualdades regionais no País. Em seguida, os autores propõem um modelo de desenvolvimento e de conversão camponês baseado na intensificação da exploração da terra, e não do trabalho, e na autonomia da agricultura familiar. Para os autores, os primeiros resultados da experiência social justificam as hipóteses previstas em estratégias especiais de desenvolvimento rural, que refutam a fatalidade da diminuição da população rural.

Termos para indexação: agricultura familiar, políticas agrícolas, exclusão social.

¹ Artigo originalmente publicado com o título *Modernisation de l'agriculture familiale et exclusion: le dilemme des politiques agricoles*, no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones/ Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 30-34, janvier-février 2005.

² Agrônomo, Ph.D. em Geografia, pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), professor visitante da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Bat F1, residence Parc des Arceaux, 83, rue Calvin, 34080 Montpellier, France. tonneau@cirad.fr

³ Economista, Mestre em Economia, professor do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Rua Professor Luiz Soares, 965, Centro, 59650-000 Assu, RN. joaciraquino@yahoo.com.br

⁴ Economista, Doutor em Sociologia, professor do Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Rua Armando de Barros, 81/D/402, 49045-080 Aracaju, SE. teixeira@ufs.br

MODERNISATION DE L'AGRICULTURE FAMILIALE ET EXCLUSION:
LE DILEMME DES POLITIQUES AGRICOLES

RÉSUMÉ

Le processus de modernisation conservatrice a permis une croissance importante de l'agriculture brésilienne mais a été aussi synonyme d'exclusion sociale et de coûts environnementaux élevés. La création du ministère du Développement agraire en 1993 a consacré la reconnaissance de l'agriculture familiale, mais les voies de la consolidation de cette agriculture sont diverses. À partir de l'analyse de l'impact des crédits distribués par le Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programme d'Appui à l'Agriculture Familiale), les auteurs concluent que le programme comportait dans sa conception les éléments de l'exclusion des agriculteurs familiaux les plus pauvres, en un processus de modernisation inégalitaire. Les auteurs étudient la possibilité d'un modèle "paysan" fondé sur la reconnaissance de la pluriactivité et de la multifonctionnalité et préconisant l'intensification de la terre prioritairement à celle du travail. Les premiers résultats d'expériences sociales menées par les organisations non gouvernementales (ONG) justifient la possibilité de stratégies originales de développement qui refusent la fatalité de la population rurale.

Termes d'indexation: économie et développement rural, systèmes agraires, exclusion sociale.

AGRICULTURE POLICY DILEMMA:
MODERNISATION OF FAMILY FARMING AND EXCLUSION

ABSTRACT

The so-called "conservative modernisation process" of Brazilian agriculture led to a large increase in production, but has also resulted in social exclusion and high environmental costs. The creation of the Ministry of Agrarian Development (MDA) in 1993 can be seen as a recognition of "family agriculture", but the best way to support its development is still the subject of debate. Modernisation and competitiveness are two topics at the heart of this debate. From an analysis of the distribution by PRONAF of agricultural credits for family farmers from 1996 through 2001, the authors conclude that the internal logic of the program and its implementation already contain the criteria that lead to the exclusion of the poorest family farmers. The practical result is a "new inequitable modernisation process" in Brazil's rural areas, which contributes towards even greater social exclusion and regional differences. The authors next consider a peasant development model, based on intensification of land use rather than of labour and on the autonomy of family agriculture. They find that the early results of the social experiments now in progress justify the hypothesis that original strategies for rural

development are possible. These strategies challenge the idea of an inevitable reduction of the agricultural population.

Index terms: family agriculture, agricultural policies, social exclusion.

UM PROJETO DUAL

A previsão do início dos anos 70 de que o Brasil se transformaria numa grande potência agrícola foi confirmada. As exportações agrícolas atingiram 22,3 bilhões de dólares (junho 2001 a junho 2002) e a balança comercial do setor foi, no decorrer do mesmo período, superavitária em 17,9 bilhões, tendo o saldo global do Brasil, em 2001, alcançado 2,6 bilhões de dólares.

Apesar do sucesso, o modelo tradicional de modernização – inspirador principal das políticas agrícolas a partir dos anos 70 – é objeto de diversas críticas que traduzem preocupações principalmente ecológicas e sociais e que, como se demonstrou em trabalhos anteriores (TONNEAU; TEIXEIRA, 2002), podem ser abordadas em termos de crises:

- A crise ecológica, com o crescimento da quantidade e da diversidade de efluentes da atividade agrícola, que são diariamente despejados no meio ambiente rural e que atingem também a segurança alimentar, além da diminuição das áreas de floresta, o aumento da erosão e da degradação dos solos e dos recursos hídricos.
- A crise social, que tem se acentuado nos últimos tempos, com graves reflexos sobre a sociedade brasileira em geral. A modernização da agricultura foi – e ainda é – um fator de exclusão social. O crescimento das cidades, principalmente das metrópoles, impõe, cada vez com mais urgência, o controle relativo, senão total, do êxodo rural.

Esse quadro levou o governo federal a desenvolver, a partir de meados dos anos 90, uma política dual. De um lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento manteve, como objetivo central, a competitividade do setor empresarial, maximizando as oportunidades do agronegócio. Do outro, o Ministério do Desenvolvimento Rural ocupou-se oficialmente da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecendo a importância social, produtiva e ambiental daquele segmento para a sociedade em geral. Assim, no quadro dos programas nacionais que se inscreveram numa ótica de descentralização das decisões e de abertura às iniciativas locais, um conjunto

de medidas – principalmente nos domínios de aquisição e distribuição de terras, de crédito rural, de infra-estrutura rural ou ainda de apoio à organização dos produtores – foi concretizado.

Para se ter uma idéia da questão, discute-se a seguir e com particular atenção o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Até pouco tempo, não havia recursos específicos destinados ao financiamento da agricultura familiar no Brasil. Na realidade, até mesmo o conceito de agricultura familiar era desconhecido. Como Belik (2000) analisa, o agricultor familiar era considerado um miniprodutor, para efeito exclusivo de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Em termos práticos, isso significava que, além de o produtor familiar ter de disputar o crédito com os demais produtores, ele era obrigado a atender às mesmas exigências de empréstimo bancário exigidas do grande produtor.

Para tentar superar esses problemas e compensar os efeitos destruturadores da política econômica sobre os pequenos produtores, mediante pressão de entidades representativas dos trabalhadores rurais, em 1995, o governo federal lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar (SILVA, 1999). Um ano depois, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o status de programa governamental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente da original (BRASIL, 1996).

Durante os primeiros anos de existência do Pronaf (1995–1998), seus resultados socioeconômicos demonstraram um grande potencial. Segundo avaliação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)⁵ em oito

⁵ O estudo do Ibase (1999) abrangeu o período entre janeiro de 1995 e fevereiro de 1998. Foram pesquisados 896 municípios dos seguintes estados: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia. Os registros sobre os recursos aplicados pelo Pronaf-C e seus beneficiários foram fornecidos, na forma de banco de dados, pelo MTe e pelo BNDES. O levantamento das informações para verificar os resultados socioeconômicos dos investimentos realizados ocorreu mediante a aplicação de questionários diretamente aos produtores.

estados da Federação, o acesso à linha de crédito do programa foi um fator decisivo para estimular a criação e a manutenção de empregos no meio rural. Cada operação de crédito do Pronaf gerou em média 0,58 nova ocupação, a um custo médio de R\$ 6.470,81 por nova ocupação gerada. Assim, a cada duas operações de crédito, calcula-se a geração de um novo posto de trabalho. Além disso, de acordo com essa avaliação, o maior impacto pode ser observado na sua capacidade de estabilizar e manter empregos no meio rural. A cada operação de crédito, foram mantidas 4,84 ocupações, a um custo médio de apenas R\$ 775,24, e a agricultura familiar dos estados pesquisados aumentou seus rendimentos. Quase metade dos agricultores tomadores de crédito (44,4%) aumentou sua renda com os financiamentos do Pronaf. Além disso, 40,3% dos beneficiários do crédito conseguiram manter sua renda estabilizada (IBASE, 1999).

Esses resultados positivos se restringiram, no entanto, a algumas regiões do País. No período de 1995 a 2001, de cada R\$ 100,00 aplicados pelo Programa, R\$ 78,00 eram empregados nas Regiões Sul e Sudeste. A Região Sul, ainda que detivesse apenas 21,2% do público-alvo, recebeu mais de 60% dos recursos do Programa. Contraditoriamente, a Região Nordeste, contando com mais da metade dos produtores potencialmente beneficiários (52%), recebeu apenas 13,7% dos recursos aplicados pelo Programa.

Os agricultores familiares das regiões mais pobres do País, em relação a condições de produção, teriam sido, mais uma vez, esquecidos? Assistiu-se, com o Pronaf, ao desenvolvimento de uma “nova modernização desigual” no interior da agricultura brasileira, desta feita no seio da própria agricultura familiar? (AQUINO et al., 2003).

As explicações para esse desequilíbrio, amplamente discutidas em diversos trabalhos⁶, se referem basicamente aos seguintes fatores: maior organização dos agricultores do Sul; pressão de empresas agroindustriais às quais esses produtores estariam vinculados; e desarticulação e baixa inserção social dos produtores do Nordeste. De fato, existem várias evidências de que a concentração dos recursos financeiros se dá exatamente onde há agricultores

⁶ Para um maior aprofundamento dessa discussão, veja, entre outros: Aquino et al. (2003), Rosa (1998); Viana (1998); Abramovay; Veiga (1999); IBASE (1999); Silva (1999); Belik (2000) e Abramovay et al. (2003).

familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado, bem como pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública (FLORES, 1998).

Ainda que esses motivos não possam ser negligenciados, é preciso ressaltar que eles são também conseqüências das opções estratégicas do Pronaf, subentendidas nas noções de “verdadeiro agricultor” e de “competitividade”, que estão implícitas nos textos oficiais do Programa. De acordo com Carneiro (1997, 1999, 2000), o Pronaf institucionalizou uma visão de agricultura familiar “atrasada”, mas com potencial de desenvolvimento. Isso conduziu ao estabelecimento de proposições de modernização tecnológica e de acesso às formas “modernas” de produção, orientadas para um único tipo de agricultor: aquele que se mantivesse exclusivamente da atividade econômica agrícola. A fraca importância econômica das atividades agrícolas na renda familiar dos agricultores do Nordeste é analisada como uma incapacidade de responder às demandas do mercado e de absorver novas tecnologias produtivas. A observação direta no meio rural nordestino confirma, no entanto, a inadequação dessa análise: os agricultores familiares respondem às demandas dos mercados, até mesmo às das empresas agroindustriais, mas eles somente investem se utilizarem recursos provindos de atividades não-agrícolas.

O documento (FAO; INCRA, 1995), inspirador do Pronaf, permite compreender melhor essa estratégia. Esse documento divide a agricultura familiar em três subtipos: agricultura familiar consolidada, com 1,5 milhão de estabelecimentos; agricultura familiar de transição, com 2,5 milhões de estabelecimentos; e agricultura familiar periférica, com 2,5 milhões de estabelecimentos.

Essa divisão é clássica e coerente com diversos trabalhos que trataram da diversidade da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992; ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; DELGADO et al, 1996; VEIGA, 2001; WANDERLEY, 1995). Por si só, é pouco nefasta, mas os qualificativos que subentendem julgamentos de valor que servem de pano de fundo à análise são extremamente prejudiciais à análise. A construção de tipologias analíticas serviu, desta vez, para definir o público prioritário das políticas públicas.

Desde a formulação do Programa, a agricultura familiar de transição é apresentada como o alvo principal das políticas públicas. A agricultura familiar consolidada – aquela que obtém os melhores resultados econômicos – foi as-

sim erigida como ideal. Nessa perspectiva, os grandes desafios das políticas públicas no meio rural são a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento da produtividade, não de todos os agricultores, mas somente dos considerados de transição afim de transformá-los em agricultores familiares consolidados.

Por sua vez, os agricultores periféricos, como a caracterização indica, tornar-se-ão uma categoria marginal. Mais de 12 milhões de agricultores familiares que residem em estabelecimentos agrícolas periféricos (53% do total de agricultores familiares) seriam, assim, ao menos em teoria, excluídos das políticas de desenvolvimento, devendo se contentar com a políticas de compensação social.

Ao estabelecer, portanto, os parâmetros para a distribuição dos seus recursos, o Pronaf é seletivo e excludente. Os critérios de exclusão estão baseados na definição de “verdadeiro agricultor”: um profissional, com forte visão empresarial e dependente, pelo menos em 80% de sua renda familiar, do desenvolvimento da atividade agrícola. De fato, os princípios do Pronaf traduzem uma opção produtivista e setorial.

A partir dessas análises, tratou-se de aprofundar a pesquisa de campo na Região Nordeste – aliás, principal localização da agricultura familiar periférica – e de refletir sobre os impactos das políticas públicas, tendo em conta diferentes situações da agricultura familiar. Esta pesquisa procura avaliar o impacto das políticas públicas e as possibilidades de valorização das experiências sociais positivas na região.

UMA AGRICULTURA EM CRISE NO NORDESTE, COMO EM TODO LUGAR

Entre 1960 e 2000, a economia nordestina conheceu um crescimento equivalente ao da economia brasileira (4,6% ao ano). Apesar desse crescimento, persiste sempre o hiato entre base produtiva e população: o Nordeste produz apenas 16% do PIB brasileiro, enquanto sua população representa 28% da população nacional.

A agricultura nordestina reúne mais de 4 milhões de famílias, na sua maioria vinculadas a unidades de produção familiares.

O Nordeste conheceu nos últimos 30 anos, profundas reestruturações econômicas que marginalizaram sua agricultura. Excetuadas a produção irrigada do Vale do São Francisco, de algumas bacias leiteiras em zonas específicas e dos cinturões verdes ao redor das grandes aglomerações, a agricultura nordestina é pouco competitiva. A situação é ainda mais séria na região semi-árida. Desde seu apogeu no fim dos anos 80, os índices da agricultura nordestina são decrescentes. A crise das atividades vinculadas ao sistema “algodão-pecuária bovina” fez a participação da Região Semi-Árida no PIB regional cair, em 30 anos, de 28% para 21%.

De fato, a grande maioria dos estabelecimentos familiares padece de uma “crise climática” antiga, de uma crise econômica desde o fim das culturas de renda e de uma crise social mais recente. Essa agricultura sempre teve um deficiente acesso aos mercados em decorrência da sua fraca competitividade. Os sistemas produtivos – pouco utilizadores de insumos – dependem da disponibilidade de terras e de sua fertilidade natural. A agricultura familiar se manteve nessa região, nos últimos 30 anos, ao preço de uma pressão crescente sobre os recursos naturais. O trabalho é precário e pouco valorizado pelos jovens. As condições produtivas se degradaram. Alguns autores falam mesmo da existência de uma “economia sem produção”⁷.

É preciso salientar que essa também é uma crise de investimentos, ou seja, os produtores são incapazes de intensificar seus sistemas produtivos por conta da diminuição progressiva do tamanho dos estabelecimentos. As políticas agrícolas de promoção da “revolução verde” conheceram enormes fracassos. O Estado se contentou, desde o começo dos anos 90, em atender aos agricultores do Semi-Árido brasileiro, por meio de políticas de compensação social.

POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ECONOMIA SEM PRODUÇÃO?

O enorme significado que essas políticas sociais representam na Região Nordeste demonstra que, paradoxalmente, para a maioria das famílias rurais, as condições de vida melhoraram muito nos últimos anos e tais políticas são, atualmente, bem melhores e mais abrangentes que as políticas sociais voltadas

⁷ A expressão “economia sem produção” foi tomada de GOMES (2001).

aos bairros pobres das cidades. Essa é a opinião quase unânime das populações locais, que colocam em primeiro lugar a segurança alimentar, como um elemento determinante da qualidade de vida. A carência de emprego é, certamente, considerada como um dos problemas centrais; todavia, esse não é um problema exclusivo da Região Nordeste – ele atinge todo o País, inclusive as grandes metrópoles do Sudeste.

A agricultura familiar é parcialmente sustentada pelo ingresso de aposentadorias e bolsas-família na economia local. Com efeito, diversos estudos (entre outros, ABRAMOVAY et al., 2003; DELGADO, CARDOSO JÚNIOR, 1999) mostram o quanto as transferências sociais contribuem para estabilizar os rendimentos das famílias rurais e mesmo para reduzir o número de famílias consideradas pobres.

A aposentadoria rural garante um rendimento equivalente ao salário mínimo aos agricultores com mais de 60 anos. Na tradição familiar nordestina, essa “vantagem financeira” consolida os orçamentos familiares da família. Os mecanismos de solidariedade são ainda pouco conhecidos, mas alguns dados e impressões revelam bem a importância do fenômeno. Em muitas comunidades rurais, o volume de recursos oriundos das aposentadorias representa muito mais do que os recursos previstos nos orçamentos públicos municipais. Nessas comunidades, nos dias de pagamento das aposentadorias, o volume de negócios do comércio local representa 60% do obtido no mês. Numa proporção um pouco menor, o pagamento da bolsa-educação contribui com o aumento de 30% a 60% dos rendimentos familiares.

POLÍTICAS RURAIS INTEGRADAS?

No Brasil, o papel das transferências sociais na luta contra a pobreza rural é ainda pouco explorado. É legítimo pois questionar a sustentabilidade dessas políticas sociais. Até quando o Estado brasileiro disporá de meios para financiar tais políticas sociais? Até quando a sociedade aceitará esse assistencialismo? Os efeitos perversos dessa política (ociosidade, sentimento de exclusão e de insatisfação, delinquência juvenil, e outros) são a prova dos limites do tratamento social, das externalidades negativas da busca da competitividade capitalista. É comprovado o fraco impacto das políticas sociais setoriais, quando estas não são articuladas e integradas.

Uma solução seria a de recusar a separação entre as esferas do produtivo de uma parte e as esferas do social e do ambiental. Não seria este o momento de assumir a “multifuncionalidade agrícola” e defender políticas agrícolas que integrassem as diferentes funções da agricultura nas respostas globais às exigências de produção, de equilíbrio social e de gestão do espaço? Essa via impõe, principalmente no caso do Nordeste brasileiro, a invenção de novas formas de produção, de novas vias de desenvolvimento adaptadas às condições concretas da região.

Nessa perspectiva, tendo em vista a diversidade de situações da agricultura familiar, as respostas devem também ser variadas. Um projeto de integração visa reforçar e consolidar o lugar dos estabelecimentos familiares, ou, ao menos, daqueles que dispõem de meios para tal, nos mercados, seja complementando as agroindústrias, seja desenvolvendo cadeias curtas do tipo “produtos orgânicos”.

Um projeto de inclusão social deve atender aos agricultores familiares em situação de dificuldade produtiva. Trata-se, nesses casos, de pensar um projeto que associe políticas sociais, de criação de infra-estrutura e de desenvolvimento das atividades econômicas (políticas de criação de empregos). Esse é, por exemplo, o grande desafio do Projeto “Fome Zero”, quando ele distingue ações de urgência (assistência) de ações estruturantes. O desafio nesse caso é a criação de um volume de empregos que seja capaz de absorver os “excluídos de hoje” (trabalhadores rurais sem terra), mas também os “excluídos de amanhã”, excluídos de um processo de modernização, mesmo limitado e controlado. Em suma, a questão central é resolver a contradição principal da modernização agrícola, que se traduz no aumento da produtividade, na concentração das terras e na exclusão dos produtores incapazes de acompanhar a corrida pela melhor produtividade.

Essa reflexão propõe um modelo de modernização controlado, mais autônomo, amplamente inspirado pelas hipóteses do ecodesenvolvimento⁸, a saber:

- Uma agricultura familiar pode se reproduzir desde que suas características de multifuncionalidade e pluriatividade sejam reconhecidas e aceitas.

⁸ A noção de ecodesenvolvimento foi inicialmente utilizada por Maurice Strong, primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), durante a primeira reunião de seu Conselho de Administração, celebrada em Genebra, em junho de 1973. Posteriormente, o termo ganhou um maior aprofundamento em Sachs (1986).

- Uma agricultura familiar que consuma poucos insumos, mas mobilize intensivamente o trabalho, pode manter um elevado nível de emprego rural e, conseqüentemente, pode evitar o agravamento dos desequilíbrios territoriais e sociais decorrentes da urbanização.
- Uma agricultura familiar pode contribuir com a segurança alimentar das populações rurais – por meio da produção de autoconsumo – e urbanas, por meio de circuitos econômicos adaptados às especificidades regionais.
- Uma agricultura familiar que implante “outra modernização”, desta feita baseada na gestão da biodiversidade, pode ser mais eficaz na gestão dos recursos naturais e mais justa socialmente (isto é, com menos dependência e mais autonomia).
- Em certas condições, as políticas sociais do Estado (aposentadoria, bolsa-família e outras) e os rendimentos da pluriatividade das famílias podem ser investidos na produção agrícola.

Do ponto de vista econômico e social, esse modelo tem sua referência inspirada no campesinato, principalmente no *paysan* da agricultura francesa do período de 1870 a 1945. Na *História da França Rural*, de Gervais et al. (1977), esse período é caracterizado como o “triunfo da agricultura familiar”, na medida em que dois processos simultâneos se articulam: o desaparecimento dos agricultores sem-terra (acesso à propriedade e sobretudo êxodo) e o desaparecimento dos grandes domínios territoriais (em decorrência da carência de capital e de força de trabalho para sua evolução). O triunfo de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar foi, do ponto de vista técnico, baseado na pluriatividade (produção – transformação – comercialização), na integração das atividades agrícolas e pecuárias, e na maior utilização dos melhoramentos orgânicos e naturais da qualidade das terras e da tração animal.

É verdade que modelos não passam de modelos, e a França de 1913 não tem muita identidade com o Brasil passado ou atual. No entanto, a história francesa daquele período poderia servir de incentivo ao estudo de alternativas reais para o Brasil. O modelo da modernização não é necessariamente obrigatório. Acima de tudo, a velocidade e a violência das evoluções podem ser moduladas, sustentavelmente, por vontade política.

A UTOPIA DE UMA AGRICULTURA CAMPONESA?

Esse projeto é possível? É viável pensar em manter e reproduzir uma agricultura camponesa num mundo capitalista? Segundo Eliseu Alves (ALVES, 2002), há duas grandes dificuldades para tal. A primeira é a força e o dinamismo da agricultura capitalista. Como exemplo, ele cita o caso da agricultura orgânica, que foi apropriada pelos grandes conglomerados agroindustriais. A segunda é a baixa capacidade de resistência dos agricultores familiares – ainda que há muitos anos diversos autores venham demonstrando exatamente o contrário –, tendo em vista que os modelos de produção rural são altamente exigentes em capital e trabalho.

Na verdade, tais objeções se contrapõem bastante, principalmente se for levada em consideração o trabalho extremamente penoso e a erosão de recursos financeiros que a agricultura familiar brasileira apresenta na atualidade. Todavia, a força das necessidades é imperiosa. Que outro futuro se pode imaginar em face da crescente ausência de emprego nas grandes cidades superpovoadas? O modelo da África do Sul – onde a população se concentra em favelas rurais, recebendo ajuda social que são gastas nos supermercados da vizinhança – é desejável?

Por sua vez, as possibilidades e os sucessos de uma agricultura familiar que se desenvolve nos moldes anteriormente apresentados são experimentados, há mais de 20 anos, por numerosos atores da sociedade civil (ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente). No Brasil, essas opções e hipóteses foram reagrupadas sob o termo da “agroecologia”. Em diversos territórios brasileiros, a riqueza e a diversidade dos recursos biológicos, a capacidade de adaptação, a riqueza do saber popular, a capacidade de análise e de discernimento e o interesse pela experimentação manifestado pelos agricultores familiares têm permitido resultados bastante esperançosos, ainda que numa escala reduzida.

Atualmente, os desafios de uma política agrícola consistem, pois, em consolidar os resultados parciais e elaborar uma política pública alternativa. Apesar de algumas iniciativas recentes do governo brasileiro⁹, as dificuldades

⁹ Estamos nos referindo à criação de uma linha de crédito do Pronaf dirigida especificamente aos produtores agroecológicos ou que se encontrem em transição para tal.

ainda são enormes. O modelo dominante – sob o ponto de vista técnico, econômico, social e político – continua prevalecendo. O reconhecimento da agroecologia como objeto de estudo acadêmico é incipiente, principalmente em questões relativas a concepções da pesquisa e de seu papel na sociedade. Em alguns casos, a debilidade de dispositivos de acompanhamento e avaliação das experimentações torna a demonstração aleatória. Atualmente, os atores envolvidos com projetos e o movimento agroecológico precisam convencer a sociedade brasileira, por meio da divulgação de suas ações. A sistematização dos conceitos, a valorização de suas experiências e sua difusão é uma prioridade.¹⁰

COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho debate questões relacionadas à agricultura familiar e a políticas públicas de apoio a esse segmento, temas caros à agricultura familiar no Brasil. Investiga particularmente a realidade rural nordestina, que não pode depender exclusivamente de uma perspectiva de desenvolvimento orientada para a inserção no mercado. A busca de competitividade da agricultura familiar conduz a mecanismos de exclusão e faz emergir uma fração limitada de “agricultores familiares capitalistas”. Esse foi o modelo de desenvolvimento e modernização dos agricultores norte-americanos e europeus, que coloca a priori a questão do futuro dos excluídos do desenvolvimento.

Os primeiros resultados da implementação do “modelo agroecológico” para a agricultura camponesa são extremamente encorajadores e reforçam a hipótese de estratégias específicas de desenvolvimento rural, que rejeitam os diagnósticos de fatalidade da diminuição da população rural. Para tornar exequível essa opção, é preciso grande empenho na sistematização e na valorização dos resultados das experimentações.

Na verdade, o investimento necessário circunscreve-se à esfera pública, cuja pesquisa deveria mobilizar parte dos seus meios para a verificação das diferentes opções que, se confirmadas, poderiam representar verdadeiras inovações na luta contra a pobreza.

¹⁰ É preciso registrar que algumas iniciativas recentes têm valorizado o vigor científico dos trabalhos realizados no campo da agroecologia. Destaque-se, a esse propósito, em outubro de 2004, em Aracaju, SE, a realização do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP, 2004), onde diversos trabalhos apresentados versavam sobre diferentes aspectos da agricultura familiar e agroecologia.

J. P. Tonneau et al.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY R. & VEIGA J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília : FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão N.º 641).

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M.C & MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil, In: Department Four International Developmet – CEPAL (Escritório no Brasil). **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília. 2003.

ALVES E. **Medidas de produtividade. Dilemas da agricultura familiar**. Documento manuscrito. Comunicado pelo autor. 15 p. Brasília, 2002.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. & TONNEAU, J. P. O Pronaf e a ‘nova modernização desigual’ da agricultura brasileira. **Raízes**, Vol. 22, n° 01, janeiro a junho de 2003, pp. 46-57.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. pp. 93-115.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, maio de 1996.

CARNEIRO M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.º 8, abril, Rio de janeiro: UFRRJ, 1997.

CARNEIRO M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro : Mauad, 1999. PP. 323-344.

CARNEIRO M. J. Política de desenvolvimento e o « novo rural ». In: CAMPANHOLA C. & SILVA J. G. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. PP. 117-149.

DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G. & VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1996. 2ª edição.

Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas

DELGADO, G. & CARDOSO JR., J. C. **Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília: IPEA, 1999.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Projeto UTF/BRA 036, 1995.

FLORES, M. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. *In*: AGUIAR, D. R. D. de & PINHO, J. B. (Edit.). **Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 1998, pp. 187-194. (Volume 1).

GERVAIS, M.; JOLLIVET, M.; TAVERNIER, Y. La fin de la France paysanne de 1914 à nos jours, tome 4. *In*: DUBY, G.; WALLON, A. (Dir.). **Histoire de la France rurale**. Paris: Éditions du Seuil, 1977. 672 p.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: IPEA, 2001

IBASE. Avaliação dos programas de geração de emprego e renda. *In*: **Democracia Viva**. Editora Segmento, nov. 1999. (Edição Especial).

ROSA, S. L. C. Os desafios do Pronaf: os limites de sua implantação. **Raízes**, Ano XVII, N.º 17, junho de 1998. pp. 89-95.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSP. **Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP)**, Cd-Rom, Aracaju, Hotel Aquarius, 20 a 22 de outubro de 2004.

SILVA, E. R. A. da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: relatório técnico de ações desenvolvidas no período 1995/1998**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão N.º 664).

TONNEAU, J. P. & TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes**, Vol. 21, n.º 2, Campina Grande, jul-dez. 2002, pp. 295-303.

VEIGA, J. E. (e colaboradores), **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

J. P. Tonneau et al.

VIANA, J. A. S. O crédito rural do Pronaf e os desequilíbrios regionais. **Revista Bahia Agrícola**, v.2, n.3, novembro de 1998.

WANDERLEY M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, vol. 25, maio/dez 1995. pp.37-57.